

FATO RELEVANTE CLAYTON NETZ

clayton.netz@grupoestado.com.br



Fugini investe para dobrar de tamanho até 2011

ANTONIO MILENA/BRASIL ECONÔMICO



Expansão. Com a fábrica em Cristalina (GO), Ninelli mira os mercados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste

N a semana passada, o empresário Auro Ninelli, presidente da Fugini Alimentos, estava em Milão, na Itália, comprando equipamentos e negociando a representação de marcas de molhos de tomate italianos para distribuir no País. No retorno ao Brasil, as atenções de Ninelli passaram a se concentrar no projeto de expansão da empresa, que prevê a abertura de uma segunda fábrica da Fugini, a diversificação da linha de produtos e a entrada em novos mercados consumidores. Com a nova estrutura engrenada, Ninelli espera quase dobrar o faturamento da Fugini até 2011, passando dos R\$ 190 milhões, de 2009, para R\$ 360 milhões.

Atualmente, a produção da Fugini sai da fábrica de Monte Alto, no interior de São Paulo – onde também está sediada a área administrativa – e abastece os mercados do Sul e Sudeste do País. Com a nova fábrica, que está sendo instalada em Cristali-

na (GO), com investimento de R\$ 90 milhões, a Fugini pretende abastecer com seus produtos as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. “Optamos por Goiás por se tratar do centro geográfico do País”, diz Ninelli. “As redes de estradas da região favorecem a distribuição dos produtos.” Com a operação da unidade de Cristalina, onde serão criados mais 600 empregos, a Fugini totalizará 1.650 funcionários.

Líder nacional na venda de molhos de tomate em sachê, com 25% de market share, a Fugini aposta agora no mercado de pratos prontos não congelados. No processo de preparo, o alimento é cozido dentro da embalagem fechada a vácuo e não precisa ir à geladeira para se manter conservado por até 18 meses. “É a mesma tecnologia usada no preparo das papinhas de bebê”, explica Ninelli. Atualmente, essa linha conta 14 produtos, como feijão, lasanha, ravióli, sopas, arroz, feijão e risotos. O último lançamento da linha é a salada de fruta. “É uma opção saudável para quem quer fazer um lanche no meio da tarde”, afirma Ninelli.

A Fugini é de 1996. Inicialmente, era gerida pelo agricultor Kogi Fugita, de Matão (SP), que fornecia tomates para a Cica, uma das principais marcas nacionais de alimentos da época, e, mais tarde, passou a atuar como fabricante terceirizada dos itens da empresa. Em 2002, a Unilever assumiu a Cica, mesma época em que Ninelli, que já atuava no ramo com uma empresa própria, a Predilecta, se associou à Fugita, dividindo o controle da Fugini em partes iguais. A Fugini continuou a fornecer para a Cica até 2005 e, nesse meio tempo, comprou a marca Amendocrem, da Unilever.

Mais tarde, os sócios decidiram criar uma marca própria. A família de produtos Fugini cresceu. Atualmente, seu portfólio inclui doces, geleias, frutas em calda, atomatados, molhos especiais e pratos prontos, que vêm garantindo um crescimento de 25% ao ano para a empresa desde 2005. “Com a fábrica de Cristalina poderemos aproveitar o boom de consumo das três regiões e acelerar ainda mais o ritmo de crescimento”, diz Ninelli.

COMÉRCIO EXTERIOR

US\$ 4,2 bi

é o valor total das exportações brasileiras de celulose no primeiro semestre de 2010. De acordo com a Bracelpa, entidade dos fabricantes do setor, trata-se de um crescimento de 8,3% sobre o mesmo período do ano passado

LOUÇA SANITÁRIA

Espanhol Roca investe em fábrica em Minas Gerais

O grupo espanhol Roca, líder no mercado brasileiro de louças sanitárias, com as marcas Celite, Incepa, Logasa e Roca, vai investir R\$ 60 milhões na construção de uma nova fábrica na cidade de Santa Luzia, em Minas Gerais, onde já possui uma unidade produtiva. Além de Santa Luzia, a Roca produz suas louças sanitárias em Jundiá (SP), Recife (PE) e Serra (ES).

A nova fábrica começará a operar até o fim de 2011 e vai produzir principalmente louças sanitárias da Logasa e Incepa, destinadas ao público das classes C e D. Esse é o maior investimento do grupo espanhol no País desde 2006 e inclui ainda um aporte no aumento da capacidade produtiva das fábricas já existentes, estimado em R\$ 5 milhões. Dona de um faturamento de cerca de €190 milhões no Brasil em 2009, a Roca apostou na sustentabilidade na nova fábrica: a água será reaproveitada, assim como o calor emitido pelos fornos vai ser usado no processo de secagem das louças sanitárias.

ACADEMIA

Espaço de dança, a nova aposta de Ana Maria Diniz

A empresária Ana Maria Diniz, uma das herdeiras do grupo Pão de Açúcar, juntou-se à executiva Claudia Pirani e à bailarina Heloisa Gouvêa para criar a Anacã Corpo e Movimento, um espaço voltado para a prática de dança, uma paixão comum às três. O negócio, que recebeu investimento de R\$ 1,5 milhão, será inaugurado nesta quarta-feira, 28, na avenida Brasil, endereço exclusivo no Jardim Paulista, em São Paulo.

A ideia das sócias é oferecer uma alternativa às tradicionais academias de ginástica, focadas nas aulas de musculação. “Muita gente hoje busca uma forma mais lúdica de trabalhar o corpo”, diz Ana Maria. “Vimos uma oportunidade de negócio com a dança.” A Anacã terá mais de 15 modalidades de dança, do clássico ao contemporâneo, com aulas comandadas por profissio-

nais renomados como Andrea Guelpa, Reinaldo Soares e Betty Gervitz. O espaço oferecerá ainda aulas de pilates, massagens, fisioterapia e serviços de estética.

INVESTIMENTOS DIRETOS

Roadshow nos EUA rende US\$ 1 bilhão em projetos

Os representantes do escritório Azevedo Sette, de Belo Horizonte, que organizaram o roadshow Business Opportunities in Brazil, nos Estados Unidos, no final da primeira quinzena de julho, não têm do que se queixar. De acordo com o advogado Ordélio Azevedo Sette, os projetos “vendidos” pelo escritório durante o périplo, que incluiu as cidades de Dallas e Houston, no Texas, e Miami, na Flórida, somam cerca de US\$ 1 bilhão.

Segundo ele, há grupos chineses e americanos interessados em projetos de abastecimento de água e saneamento, mineração, alimentos orgânicos e administração portuária, entre outros. “Nunca foi tão fácil vender o Brasil lá fora”, diz Azevedo Sette. “Só que tem de entregar.”

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cresce o número de relatórios corporativos

Está crescendo de forma acelerada o número de empresas que passaram a divulgar relatórios de responsabilidade social ou de sustentabilidade. Segundo a firma de auditoria Crowe Horwath RCS, em 1998, quando o assunto recém-começava a entrar para a agenda corporativa, foram publicados apenas dez relatórios do gênero. Este ano, foram nada menos do que 800. “Isso é um reflexo claro da preocupação das empresas em oficializar suas condutas e padrões de sustentabilidade a acionistas, investidores, clientes e consumidores”, diz Mauro Ambrósio, diretor da Crowe Horwath RCS, Mauro Ambrósio. “E esse movimento ocorre antes mesmo da padronização dos relatórios ao certificado ISO 26.000, previsto para este ano.”

PÉ DE MEIA

R\$ 3,64 mi

por ano é a remuneração máxima paga pela fabricante de cigarros Souza Cruz a seus diretores, segundo um comunicado da empresa à CVM. O valor mínimo é de R\$ 1,38 milhão

Negócios por quem faz negócios

Medicamentos fracionados

Ronaldo de Carvalho

O fracionamento de medicamentos passa a ser discutido pela sociedade no momento em que está sendo analisado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, depois de ser aprovado pela Comissão de Seguridade Social. O Projeto de Lei n.º 7.029, de autoria do Executivo, torna compulsória a produção e comercialização de medicamentos fracionados no País.

De acordo com a argumentação exposta publicamente por alguns legisladores e autoridades, o fracionamento traria basicamente três ganhos para a sociedade.

Um deles seria para o bolso do consumidor. As embalagens de medicamentos seriam possivelmente infladas pelos produtores para induzir o consumidor a comprar mais do que precisaria. Mas as opções são definidas, na verdade, com bases técnicas apoiadas na necessidade média de tratamento e aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ou seja: as adaptações deveriam ser discutidas com base em evidências médicas.

Além disso, a vantagem econômica não se aplica ao caso dos tratamentos crônicos, pois o consumo é contínuo. Assim, se o paciente optar por comprá-los a porções menores, aca-

bará por pagar um preço mais alto, porque as embalagens menores implicam custos unitários maiores, exatamente pela perda de escala produtiva. Sem contar os investimentos na adaptação de todos os processos de embalagem, manuseio, distribuição pela indústria e dos processos de estoque e manuseio nas farmácias, que serão repassados ao consumidor, diluindo o “ganho social” da medida.

Outro ganho seria a redução do risco de automedicação. A consagrada “farmacinha caseira” disponibiliza medicamentos que dispensam receitas. É difícil imaginar, no entanto, que os consumidores vão esperar a dor de cabeça chegar para ir à farmácia.

Além disso, o fracionamento atinge somente os comprimidos e drágeas, que correspondem a apenas um terço do volume de medicamentos comercializados. E o fracionamento ainda é um estímulo para o paciente interromper o tratamento premido pela questão financeira, causando mais um problema de saúde pública. Se o objetivo é combater a automedicação, não há outra saída se não investir na educação do paciente.

Acidentes. O terceiro ganho seria a redução do risco de acidentes domésticos. Mas parece um contrassenso que, em nome da segurança, se elimine a “farmacinha” e se preservem os fogões nas cozinhas e as facas nas gavetas. Dados de 2007 do Ministério da Saúde mostram que, considerando fatores exter-



nos, das 5.324 mortes de crianças no Brasil, quase 50% foram ocasionadas por acidentes de trânsito (2.134), seguidos por afogamentos (1.382), sufocações (701), queimaduras (337), quedas (254), intoxicações (105), acidentes com armas de fogo (52) e outros (359).

A responsabilidade de evitar acidentes domésticos é dos pais e responsáveis e isso deve ser estimulado por meio de programas de conscientização ou ainda da doação das sobras de medicamentos, como têm feito algumas louváveis organizações não-governamentais.

Dúvidas. Alguns pontos não foram abordados nessa discussão. Se com a produção e distribuição das caixas fechadas os números relativos à falsificação já são alarmantes, o que pode acontecer se for obrigatória a distribuição de caixas e unidades avulsas? Ou como ficará o controle em blitz nas farmácias, se os lacres das caixas já vão poder estar abertos?

Sem contar o roubo de cargas e suas implicações econômica e sanitária. Essa realidade tem mobilizando vários países a criar mecanismos e instrumentos mais eficazes a fim de coibir esta práti-

ca, como a tecnologia de rastreabilidade – defendida pela Abrafarma, entidade que representa as redes de farmácias e drogarias do País.

Há pouco mais de um ano, foi aprovada a Lei n.º 11.903, que estabelece o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos. Pelo padrão brasileiro, as embalagens dos medicamentos produzidos e comercializados no País receberão obrigatoriamente um selo impresso, com códigos bidimensionais, que garantirá a procedência. A tecnologia permitirá ao consumidor consultar no ato da compra a legitimidade do produto.

A implantação dos fracionados põe em risco esse avanço, já que a embalagem deslacrada quebra o ciclo de segurança pretendido. De acordo com a Abrafarma, é praticamente impossível rastrear as pequenas unidades depois de fracionadas.

O fracionamento, assim, pode parecer eficaz à primeira vista, mas nós defendemos uma análise mais detida entre os prós e contras da medida. Pelos impactos já descritos, ela de fato parece trazer ganhos reais na dimensão hospitalar, mas não na prescrição ambulatorial.

Acreditamos que uma posição efetivamente responsável na preservação e melhoria da saúde no Brasil passa mais pelo próprio sistema público do que pelo fracionamento de medicamentos. E também por medidas que, embora mais trabalhosas e de efeito mais demorado, representem o investimento na educação de pacientes para o consumo responsável.

* PRESIDENTE DO CONSELHO DA DROGARIA SÃO PAULO